

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022
com Relatório do Auditor Independente

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da administração	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	6
Balanço patrimonial	11
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente.....	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração dos fluxos de caixa.....	15
Demonstração do valor adicionado.....	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Relatório da Administração 2023

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

A Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. ("EPR Sul de Minas") foi constituída em 13 de setembro de 2022, tendo por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado "Lote Sul de Minas", que compreende os trechos rodoviários, respectivas faixas marginais e demais áreas referidas na Concorrência Internacional SEINFRA nº 003/2021, nos termos, prazos, condições e padrões de responsabilidade ambiental, social e governança corporativa do contrato de concessão dos serviços de operação, conservação, manutenção, monitoração, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço do sistema rodoviário.

O "Contrato n.º 004/2022 – Contrato de Concessão dos Serviços de Operação, Conservação, Manutenção, Monitoração, Implantação de Melhorias, Ampliação de Capacidade e Manutenção de Nível de Serviço do Sistema Rodoviário Lote Sul de Minas", celebrado em 11 de novembro de 2022 com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais – SEINFRA. O prazo de concessão é de 30 anos.

Grupo EPR

A EPR 2 Participações S.A. ("EPR"), acionista controladora da EPR Sul de Minas, é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A EPR é a consolidação da parceria da Equipav, com mais de 60 anos de experiência em infraestrutura, com a Perfin, gestora de fundos de investimentos em infraestrutura.

A EPR, por meio da EPR Sul de Minas, e de outras três concessões (sociedades de propósito específico), administra, três concessões de rodovias no Estado de Minas Gerais e uma concessão de rodovia no Estado do Paraná.

1. Destaques do ano de 2023

Captação de recursos

Em 06 de fevereiro de 2023, a EPR Sul de Minas realizou a sua 1ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R\$ 200.000 mil.

Eficácia do contrato

Em 03 de março de 2023, a EPR Sul de Minas obteve a eficácia do contrato, marco que dá início aos prazos de concessão após o cumprimento de condicionantes previstos no Contrato de Concessão.

Início da arrecadação de pedágio

Em 03 de outubro de 2023, iniciou-se a cobrança de pedágio. Em 31 de dezembro de 2023, a receita de arrecadação de pedágio totalizou R\$ 22.934 mil.

2. Desempenho econômico-financeiro

Demonstração do resultado (em R\$ mil)	2023	AV (%)	2022	AV (%)	AH (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	270.671	100,0%	2.910	100,0%	9201,4%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(277.372)	-102,5%	(2.910)	-100,0%	9431,7%
PREJUÍZO BRUTO	(6.701)	-2,5%	-	0,0%	100,0%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	(2.228)	-0,8%	(2.820)	-96,9%	-21,0%
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(8.929)	-3,3%	(2.820)	-96,9%	216,6%
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras	21.714	8,0%	846	29,1%	2466,7%
Despesas Financeiras	(19.664)	-7,3%	(157)	-5,4%	12424,8%
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(6.879)	-2,5%	(2.131)	-73,2%	222,8%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Diferidos	2.320	0,9%	-	0,0%	100%
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO / PERÍODO	(4.559)	-1,7%	(2.131)	-73,2%	113,9%
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	(0,1753)		(0,1718)		2,0%

Receita operacional líquida

A Companhia foi constituída em 13 de setembro de 2022 e a cobrança de pedágio iniciou-se em 03 de outubro de 2023. Dessa forma, não houve receita de arrecadação de pedágio no período findo em 31 de dezembro de 2022.

A receita líquida totalizou R\$ 270.671 mil no período findo em 31 de dezembro de 2023. E a receita líquida ajustada (excluindo a receita com serviços de construção) totalizou R\$ 21.227 mil.

Receita (R\$ mil)	2023	2022
Receita Bruta	272.378	2.910
Receita com arrecadação de pedágio	22.934	-
Receita de serviços de construção	249.444	2.910
Imposto sobre receitas operacionais	(1.707)	-
Receita Líquida	270.671	2.910
Receita Líquida Ajustada	21.227	-

Custos Operacionais e Despesas gerais e administrativas

Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas (R\$ mil)	2023	2022	%
Com pessoal	(11.405)	(457)	2396%
Serviços de conservação e suporte nas rodovias	(4.115)	(2.136)	93%
Serviços de consultoria	(1.809)	-	100%
Serviços de terceiros	(2.687)	-	100%
Materiais de obras e de uso e consumo	(1.102)	-	100%
Verba de fiscalização	(2.583)	-	100%
Seguros / Garantias	(2.961)	(57)	5095%
Custos de serviços de construção	(249.444)	(2.910)	8472%
Depreciação / Amortização	(973)	-	100%
Outros	(2.521)	(170)	1383%
Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas	(275.139)	(5.730)	4780%

Em 31 de dezembro de 2023, os custos de serviços de construção foram de R\$ 249.444 mil de um total de R\$ 275.139 mil, representando 89% do total de custos operacionais.

Os custos de serviços de construção são relacionados aos custos das obras realizadas em 2023.

EBITDA

O EBITDA totalizou -R\$5.731 mil em 2023, com margem EBITDA negativa de 27.0% em 2023. O EBITDA Ajustado totalizou o mesmo valor do EBITDA em 2023.

EBITDA (R\$ mil)	2023
Receita líquida	270.671
Receita de construção	(249.444)
Receita Líquida Ajustada	21.227
Custos operacionais	(277.372)
Custos de construção	249.444
Custos Operacionais (s/ custos de construção)	(27.928)
EBIT	(6.701)
Depreciação e amortização	973
EBITDA	(5.728)
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>-27,0%</i>

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido no período findo em 31 de dezembro de 2023, foi uma receita financeira de R\$21.714 mil comparado com R\$846 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de 2467% representada substancialmente pelo aumento do volume de aplicação financeira e, conseqüentemente, seus rendimentos.

A despesa financeira no período findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 19.664 mil comparado com R\$ 157 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento significativo principalmente pelos encargos financeiros decorrentes dos juros das debêntures incorridos no exercício de 2023.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos no período findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 2.320 mil.

Lucro líquido (prejuízo) líquido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a EPR Sul de Minas apresentou um prejuízo de R\$ 4.559 mil, enquanto no mesmo período de 2022 o resultado foi um prejuízo de R\$ 2.131 mil, o que representou um aumento de R\$2.428 mil de prejuízo, decorrente do início de operação da concessão.

Endividamento

A EPR Sul de Minas possui saldo de dívida líquida de R\$ 155.259 mil em 31 de dezembro de 2023, como resultado da 1ª emissão de debêntures realizada em 06 de fevereiro de 2023.

Endividamento (R\$ mil)	Quantidade	Taxas Contratuais	Vencimento	2023
1ª emissão				
série única	200.000	CDI + 3,10%	fev-26	228.233
Total Debêntures				228.233
Caixa				(72.975)
Dívida Líquida				155.258

3. Governança Corporativa

Conselho de Administração

A EPR Sul de Minas com o intuito de adotar as melhores práticas de governança corporativa no mercado instituirá o Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá em abril de 2024.

O Conselho de Administração terá como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; eleger e destituir membros da Diretoria; convocar assembleia geral ordinária e extraordinária; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; entre outras atribuições.

Auditoria e Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda foi contratada para prestação dos serviços de auditoria contábil para emissão de relatório sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da EPR Sul de Minas referentes aos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2022 e 2023.

4. Declaração da Diretoria

A Diretoria da Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda.; (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.
Pouso Alegre – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 3.3, 11 e 12 às demonstrações financeiras.

A mensuração da infraestrutura em construção e conseqüentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível como área significativa de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como infraestrutura em construção e intangível; (ii) teste das adições da infraestrutura em construção e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3, 11 e 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

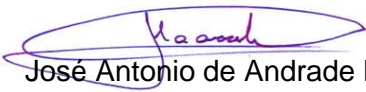
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 15 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F



José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC SP-198698/O

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2023	2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2023	2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	72.975	47.719	Fornecedores	14	34.312	991
Contas a receber	5	6.647	-	Debêntures	13	27.295	-
Ativo financeiro	6	180.866	-	Arrendamento mercantil a pagar		403	-
Impostos a recuperar	8	6.344	42	Obrigações sociais	15	4.239	100
Adiantamentos a fornecedores		2.986	128	Obrigações fiscais	16	2.830	46
Outros ativos		1.087	163	Outras contas a pagar		1.095	-
Total do ativo circulantes		270.905	48.052	Total do passivo circulante		70.174	1.137
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	2.320	-	Debêntures	13	197.987	-
Realizável a longo prazo		2.320	-	Arrendamento mercantil a pagar		961	-
Direito de uso		1.198	-	Total do passivo não circulante		198.948	-
Imobilizado	10	4.728	44	TOTAL DO PASSIVO		269.122	1.137
Infraestrutura em construção	11	31.500	2.910	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível	12	3.781	-	Capital social	17	52.000	52.000
		41.207	2.954	Prejuízos acumulados		(6.690)	(2.131)
Total do ativo não circulante		43.527	2.954	Total do patrimônio líquido		45.310	49.869
TOTAL DOS ATIVOS		314.432	51.006	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		314.432	51.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 13 setembro a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

	Nota	<u>2023</u>	<u>2022</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	270.671	2.910
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	(277.372)	(2.910)
PREJUÍZO BRUTO		(6.701)	-
Gerais e administrativas	19	(2.228)	(2.820)
PREJUÍZO OPERACIONAL		(8.929)	(2.820)
Receitas financeiras	20	21.714	846
Despesas financeiras	20	(19.664)	(157)
RESULTADO FINANCEIRO		2.050	689
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		(6.879)	(2.131)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	2.320	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO/PERÍODO		(4.559)	(2.131)
Resultado por ação			
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	21	(0,1753)	(0,1718)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 13 setembro a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO/PERÍODO	(4.559)	(2.131)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO/PERÍODO	<u>(4.559)</u>	<u>(2.131)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 13 setembro a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 13 DE SETEMBRO DE 2022			-	
Aumento de capital	17	52.000	-	52.000
Prejuízo do período		-	(2.131)	(2.131)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		52.000	(2.131)	49.869
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2023	17	52.000	(2.131)	49.869
Prejuízo do exercício		-	(4.559)	(4.559)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		52.000	(6.690)	45.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 13 setembro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo antes dos tributos	(6.879)	(2.131)
Ajustes de:		
Depreciações e amortizações	973	1
Juros e variações monetárias de debêntures	17.956	-
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	107	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(6.647)	-
Impostos a recuperar	(6.302)	(42)
Adiantamentos a fornecedores	(2.858)	(128)
Outros ativos	(924)	(164)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	4.826	991
Obrigações sociais	4.139	100
Obrigações fiscais	2.784	46
Outras contas a pagar	1.095	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>8.270</u>	<u>(1.327)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(5.011)	(44)
Aquisições de itens do intangível	(210.763)	(2.910)
Ativo financeiro - reembolso do poder concedente	37.214	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(178.560)</u>	<u>(2.954)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento arrendamento mercantil	(243)	-
Emissão de debêntures	200.000	-
Custo de transação das debêntures	(4.211)	-
Aumento de capital	-	52.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>195.546</u>	<u>52.000</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>25.256</u>	<u>47.719</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO/PERÍODO	<u>47.719</u>	<u>-</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO/PERÍODO	<u>72.975</u>	<u>47.719</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e período de 13 de setembro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prestação de serviços	22.934	-
Receita dos serviços de construção	249.444	2.910
Juros capitalizados	11.537	-
	<u>283.915</u>	<u>2.910</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(7.494)	(2.217)
Custo dos serviços de construção	(249.444)	(2.910)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.733)	(6)
Custo da concessão	(5.519)	(53)
Outros custos	(1.031)	(195)
	<u>(267.221)</u>	<u>(5.381)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>16.694</u>	<u>(2.471)</u>
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	<u>(973)</u>	<u>-</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)	<u>15.721</u>	<u>(2.471)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	21.714	846
Juros capitalizados	11.537	-
	<u>33.251</u>	<u>846</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>48.972</u>	<u>(1.625)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	8.443	147
Benefícios	1.056	9
FGTS	1.078	46
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	(648)	147
Municipais	870	-
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	28.233	-
Juros capitalizados de debêntures	11.537	-
Outras despesas financeiras	2.962	157
Prejuízo do exercício / Período	(4.559)	(2.131)
	<u>48.972</u>	<u>(1.625)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. (“Sul de Minas” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, de propósito específico estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Rua Jandyra Beraldo Teixeira, nº 40, Fatima II, Pouso Alegre - MG.

Constituída em 13 de setembro de 2022, a Companhia tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado “Sul de Minas”, que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Internacional SEINFRA nº 003/2021, nos termos do contrato de Concessão celebrado para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do Contrato de Concessão. A concessão tem prazo de 30 anos.

A principal fonte de receita da Companhia ocorre através da arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 09 de outubro 2023. A tarifa de pedágio poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de março.

Segmento Operacional

A Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de operação de rodovias (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

A demonstração financeira foi preparada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão da demonstração financeira foi autorizada pela diretoria em 15 de abril de 2024.

Todas as informações relevantes próprias da demonstração financeira, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

2.3 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação desta demonstração financeira, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Definição de vida útil do ativo intangível; e
- Reconhecimento de receita.

2.4 Base de mensuração

A demonstração financeira individual foi preparada com base no custo histórico.

3. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Receitas de contratos com clientes

A Companhia reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Conforme definido no ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviço de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, com base no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

3.2 Instrumentos Financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPJ”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

(ii) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.3 Ativos intangíveis

A Companhia reconhece ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia reconhece as contraprestações recebidas a receber (ativo financeiro) junto ao poder concedente, divulgados na Nota 6, como redutora do intangível a medida que os determinados investimentos são realizados.

A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso, já que o método de reconhecimento de amortização por meio da projeção da curva de tráfego é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A infraestrutura em construção representa os bens vinculados à concessão durante o período de construção ou de melhoria e, quando concluídos, são transferidos para a rubrica de “Ativo intangível”.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

3.4 Capitalização de custos

Os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção do ativo intangível, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, os custos das debêntures atribuíveis a infraestrutura em construção, são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

3.5 Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, cauções contratuais, fornecimentos de materiais e insumos destinados predominantemente ao Imobilizado e execução de obras na rodovia.

3.6 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

A Companhia determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 22.

3.7 Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

3.8 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A infraestrutura recebida e/ou construída pelo concessionário não é registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de tráfego e pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

3.9 Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.11 Capital social

(i) *Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

(ii) *Ações preferenciais*

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

3.12 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

3.13 Benefícios a empregados

Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

3.14 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, variações cambiais ativas, ganho com instrumentos financeiros derivativos e atualização financeira sobre habilitação de de PIS E COFINS. A receita de juros e ganho com instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos e variações monetárias sobre empréstimos, financiamento e debêntures, juros sobre atraso em pagamentos, juros sobre mútuo com partes relacionadas, despesas com IOF, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, despesas com obrigações de outorga, ajuste a valor presente de clientes, variações cambiais passivas, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), perda com instrumentos financeiros derivativos, atualização obrigação de compra de ações. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

(i) Lucro real

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(ii) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação da demonstração financeira da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(iii) Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iv) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda a Companhia levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

(i) *Tributos sobre prestações de serviços*

Para o PIS e COFINS, a Companhia é enquadrada no regime não cumulativo, porém, para concessionárias de rodovias, as alíquotas aplicáveis são aquelas do regime cumulativo, dessa forma, para as receitas operacionais são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 3%, para o PIS e COFINS, respectivamente. Para as receitas financeiras, são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 4%, para PIS e COFINS, respectivamente.

3.16 Resultado por ação

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustadas por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

3.17 Demonstração de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia como parte integrante das demonstrações financeiras.

3.18 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes.

Alterações no CPC 50 (IFRS 17), CPC 23 (IAS 8), CPC 26 (R1) e CPC 32 (IAS 12).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como:

- IFRS 17 Contrato Seguros (equivalente ao CPC 50 - Contrato de Seguros) – é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguros, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação, que substitui o IFRS 04 (equivalente CPC 11). A norma se aplica a todos os contratos de seguro;
- Alteração IAS 8 Definições de estimativas contábeis - Esclarecimentos a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, além de esclarecer como entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. (equivalente ao CPC 23);
- Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2. - Orientações e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis (equivalente ao CPC 26 (R1));
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação - Alterações do IAS 12 – Estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos passivos de desativação. (equivalente ao CPC 32- Tributos sobre o lucro); e
- Reforma tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32- Tributos sobre o lucro) as alterações foram introduzidas em resposta as regras do Pilar Dois da OCDE sobre BPES e pode impactar o imposto diferido e necessidade de divulgação para entidade afetadas.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

3.19 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 16 - Passivo de locação em um Sale and Leaseback - Transação de venda retroarrendamento (equivalente CPC 06);
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; e
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordo de financiamentos de fornecedores (equivalente aos CPC 03 e CPC 40 (R1) respectivamente).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e contas bancárias	1.039	1
Aplicações financeiras	71.935	47.718
Total	<u>72.975</u>	<u>47.719</u>

As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em CDB e compromissadas, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

5. Contas a receber

	<u>2023</u>
Pedágio eletrônico a receber	6.647
Total	<u>6.647</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui saldo de contas a receber de pedágio em atraso. Na mesma data não foi constituída provisão para perdas das contas a receber.

6. Ativo financeiro

	<u>2023</u>
Contas a receber contraprestação - SEINFRA	180.866
Total	<u>180.866</u>

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

A Companhia tem o direito de receber ao longo do contrato o montante R\$ 371.133 da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – SEINFRA como reembolso para determinados investimentos realizados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu o montante de R\$ 37.214 e reconheceu o montante de R\$ 180.866 em função das finalizações dos investimentos. Os valores da contraprestação são reajustados pelo IPCA até a data do recebimento.

7. Partes relacionadas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo circulante		
EPR 2 Participações S.A. (a)	-	26
Concessionaria Rodovias do Café SPE S.A. (a)	200	-
	<u>200</u>	<u>26</u>
Passivo circulante		
Concessionaria Rodovias Do Triangulo SPE S.A. (a)	832	-
Total do passivo circulante	<u>832</u>	<u>-</u>

(a) Rateio de despesas entre companhias do mesmo grupo econômico, reconhecido na rubrica de outros ativos e em outras contas a pagar.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.283 referente a remuneração dos administradores. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas. Os administradores não obtiveram empréstimos à Companhia, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

8. Impostos a recuperar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	6.344	42
Total	<u>6.344</u>	<u>42</u>
Total do circulante	<u>6.344</u>	<u>42</u>

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

9. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(6.879)	(2.131)
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	<u>2.339</u>	<u>725</u>
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Despesas permanentes indedutíveis	(19)	(725)
Total	<u>2.320</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	<u>2.320</u>	<u>-</u>
	<u>2.320</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva de impostos	(33,7%)	0%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	<u>2023</u>
Ativo fiscal diferido	
Prejuízo fiscal e base negativa	6.708
Provisão de participação nos lucros	695
Outros ativos diferidos	193
	<u>7.596</u>
Passivo fiscal diferido	
Juros capitalizados no ativo intangível	(3.939)
Diferenças de amortização contábil e fiscal do intangível	(1.233)
Outros passivos diferidos	(104)
	<u>(5.276)</u>
Total	<u>2.320</u>

A recuperabilidade do ativo fiscal diferido calculado sobre prejuízo fiscal e base negativa é suportada por projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia. Com base nas projeções, a expectativa é que os saldos sejam realizados até o final do exercício de 2025.

10. Imobilizado

<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Outras imobilizações</u>	<u>Total</u>
--------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------	--------------

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

<u>Custo do imobilizado</u>				
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	44	-	44
Adições	234	2.540	2.237	5.011
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>234</u>	<u>2.584</u>	<u>2.237</u>	5.055
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	-	-	-
Depreciações	(7)	(186)	(134)	(327)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(7)</u>	<u>(186)</u>	<u>(134)</u>	(327)
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	44	-	44
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>227</u>	<u>2.398</u>	<u>2.103</u>	4.728
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	

11. Infraestrutura em construção

	<u>Obras em andamento</u>	<u>Adiantamentos a fornecedores</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2023	2.910	-	2.910
Adições de infraestrutura (i)	249.444	197	249.641
Transferência para intangível	(221.051)	-	(221.051)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>31.303</u>	<u>197</u>	31.500

- (i) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, sendo a principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

12. Intangível

	Software	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Total
Custo do intangível			
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	-	-
Adições	1.075	-	1.075
Transferência da infraestrutura em construção		221.051	221.051
Contraprestação recebida ou a receber	-	(218.003)	(218.003)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.075</u>	<u>3.048</u>	<u>4.123</u>
Amortização acumulada			
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	-	-
Amortizações	(28)	(314)	(342)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(28)</u>	<u>(314)</u>	<u>(342)</u>
Intangível líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.047</u>	<u>2.734</u>	<u>3.781</u>
Taxas de amortização - a.a.	20,0%	0,19%	

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados pela curva de tráfego até o final do período da concessão.

Os juros e custos sobre as debêntures são capitalizados nos ativos qualificáveis durante o período de construção da infraestrutura, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram capitalizados R\$ 11.537.

A Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar o *impairment* dos bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2023.

13. Debêntures

<u>Série</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2023</u>
1ª Emissão - Série única	200.000	CDI+3,10% a.a.	Fev/26	<u>228.233</u>
				<u>228.233</u>
			Custo de transação	<u>(2.951)</u>
			Total	<u>225.282</u>
			Circulante	27.295
			Não circulante	<u>197.987</u>
			Total	<u>225.282</u>

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

A movimentação do exercício é como segue:

	<u>2023</u>
Saldo inicial	-
Captações	200.000
Juros provisionados	17.956
Custo de captação	(4.211)
Juros e custos capitalizados no intangível	11.537
Saldo final	<u>225.282</u>
<u>Ano de vencimento</u>	
2026	<u>225.282</u>
	<u>225.282</u>

Garantia fidejussória:

As Debêntures contam com garantia fidejussória dos acionistas, na forma de fiança e sem benefício de ordem, nos termos da Escritura de Emissão, sendo essas, na proporção e nos valores de participação de cada acionista.

A fiança pelos acionistas inclui (i) aporte adicional de recursos na Companhia, por qualquer acionista, além do montante inicial aportado; e/ou (ii) valor do capital comprometido objeto de uma obrigação de aporte ensejará na diminuição da ciança Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participação IE (“Perfin Voyager”) em montante equivalente ao aporte adicional e/ou ao valor do capital comprometido objeto de uma obrigação de aporte, conforme o caso.

Os acionistas outorgantes das fianças prestarão as respectivas fianças, obrigando-se os fiadores e seus sucessores a qualquer título, em caráter irrevogável e irretratável, perante os debenturistas, na qualidade de fiadores e principais pagadores.

Os fiadores serão solidários com a emissora, mas (i) a EPR 2 Participações S.A. (“EPR 2”) e os fiadores pessoas físicas não serão fiadores solidários entre si em relação às fianças da Segunda Série, estando cada um tão somente obrigado em relação às respectivas fianças da Segunda Série; e (ii) os fiadores pessoas físicas serão fiadores solidários entre si em relação à fiança fiadores pessoa física da Segunda Série.

Covenants

A Companhia mantém em suas debêntures, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes as debêntures estão sendo cumpridas integralmente em 31 de dezembro de 2023.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R\$ 34.312 (R\$ 991 em 31 de dezembro de 2022), refere-se a fornecedores e prestadores de serviços, além de cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. Encargos sociais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários e encargos sociais	828	69
Provisão de participação nos lucros	2.044	-
Provisão de férias	1.367	31
Total	<u>4.239</u>	<u>100</u>

16. Obrigações fiscais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Programa de integração social – PIS	82	6
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	401	17
Tributos federais retidos	1.062	23
Impostos sobre serviços – ISS	1.215	-
Outros	70	-
Total	<u>2.830</u>	<u>46</u>

17. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é de R\$ 52.000, conforme demonstrado abaixo:

<u>Sócios</u>	<u>Tipo de Ação</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
EPR 2 Participações S.A.	Ordinária	26.000.000	26.000	50,0%
Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações IE	Preferencial	26.000.000	26.000	50,0%
Total		<u>52.000.000</u>	<u>52.000</u>	<u>100,0%</u>

Em 13 de setembro de 2022, a Companhia foi constituída com 1.000 ações ordinárias, sendo 501 ações subscritas pela Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. e 499 ações pela Voyager Participações S.A., perfazendo o total de R\$ 1 pela totalidade das ações, sendo que 100% desse montante foi destinado à conta de capital social.

Em 09 de novembro de 2022, foram subscritas 13.025.499 ações ordinárias e 13.026.000 ações preferenciais classe A pela Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. e 12.973.501 ações ordinárias e 12.974.000 ações preferenciais classe A pela Voyager Participações S.A., perfazendo o total de R\$ 51.999 pela totalidade das ações, sendo que 100% desse montante foi destinado à conta de capital social.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Em 08 de dezembro de 2022, a EPR 2 Participações S.A. (“EPR 2”) adquiriu a totalidade das ações ordinárias emitidas pela Companhia. Dessa forma, passou a deter o controle da Companhia com as 26.000.000 ações ordinárias emitidas.

Em 08 de dezembro de 2022, a Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações IE (“Perfin Voyager”) adquiriu a totalidade das ações preferenciais classe A emitidas pela Companhia. Dessa forma, passou a deter 100% das 26.000.000 ações preferenciais emitidas.

Características das ações preferenciais

As ações preferenciais: (i) não conferirão direito a voto nas deliberações das assembleias gerais; (ii) farão jus à prioridade de reembolso de capital por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas; (iii) farão jus ao pagamento de dividendos correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) dos dividendos e quaisquer outros proventos distribuídos pela Companhia aos seus acionistas até que o valor total de tais distribuições atinja o valor previsto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social; e (iv) serão resgatáveis por decisão da assembleia geral da Companhia, independentemente de aprovação pelos titulares das referidas ações preferenciais, por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas.

18. Receitas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita de serviços prestados	22.934	-
Receita de serviços de construção	249.444	2.910
Receita bruta	<u>272.378</u>	<u>2.910</u>
Impostos sobre receitas operacionais		
Impostos sobre as receitas	<u>(1.707)</u>	<u>-</u>
Receita líquida	<u><u>270.671</u></u>	<u><u>2.910</u></u>

19. Custos e despesas por natureza

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custos e despesas		
Com pessoal	(11.405)	(457)
Serviços de conservação e suporte nas rodovias	(4.115)	(2.136)
Serviços de consultoria	(1.809)	-
Serviços de terceiros	(2.687)	-
Materiais de obras e de uso e consumo	(1.102)	-
Verba de fiscalização	(2.583)	-
Seguros / Garantias	(2.961)	(57)
Custos de serviços da construção	(249.444)	(2.910)
Depreciação / Amortização	(973)	-
Outros	<u>(2.521)</u>	<u>(170)</u>
Total	<u><u>(279.600)</u></u>	<u><u>(5.730)</u></u>

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

20. Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	19.344	846
Atualização monetária	2.268	-
Outras receitas	102	-
Total	<u>21.714</u>	<u>846</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros sobre debêntures	(17.956)	-
Outras despesas	(1.708)	(157)
Total	<u>(19.664)</u>	<u>(157)</u>
Total do resultado financeiro	<u>2.050</u>	<u>689</u>

21. Resultado por ação

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(4.559)	(2.131)
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	26.000	12.404
Resultado básico e diluído por ação	(0,1753)	(0,1718)

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

Risco de crédito; Risco de liquidez; e Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Risco de crédito

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	72.975	47.719
Contas a receber	6.647	-
Ativo financeiro	180.866	-
Adiantamentos a fornecedores	2.986	128
Outros ativos	1.087	163
	<u>264.561</u>	<u>48.010</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 passivos financeiros com risco de liquidação.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos, financiamentos e debêntures, mútuo e outras contas a pagar.

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	11,65%	14,56%	17,48%	8,74%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures	(34.797)	(41.582)	(48.366)	(28.013)
Receita de aplicações financeiras	8.585	10.731	12.877	6.439
Juros a incorrer CDI líquido	<u>(26.212)</u>	<u>(30.851)</u>	<u>(35.489)</u>	<u>(21.574)</u>

A Administração da Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para quotistas e credores.

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

	Hierarquia do valor justo	Classificação	2023		2022	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	2	72.975	72.975	47.719	47.719
Contas a receber	Nível 2	2	6.647	6.647	-	-
Ativo financeiro	Nível 2	2	180.866	180.866	-	-
Adiantamentos a fornecedores	Nível 2	2	2.986	2.986	128	128
Outros ativos	Nível 2	2	1.087	1.087	163	163
			<u>264.561</u>	<u>264.561</u>	<u>48.010</u>	<u>48.010</u>
Passivo						
Fornecedores	Nível 2	2	29.851	29.851	991	991
Debêntures	Nível 2	1	225.282	225.282	-	-
Arrendamento mercantil a pagar	Nível 2	2	1.364	1.364	-	-
Outras contas a pagar	Nível 2	2	1.096	1.096	-	-
			<u>257.593</u>	<u>257.593</u>	<u>991</u>	<u>991</u>

A Classificação dos instrumentos financeiros mencionados no quadro acima, tem a seguinte definição:

Classificação 1 – Mensurados a valor justo por meio de resultado

Classificação 2 – Custo amortizado

23. Garantias e seguros

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2023, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	20.000
	Responsabilidade civil	15.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	89.433

24. Eventos subsequentes

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2024, a Companhia recebeu da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias - SEINFRA o montante de R\$ 182.637 referente ao ativo financeiro, atualizado, mencionado na nota explicativa 6.